

Curso Online de Filosofia

Olavo de Carvalho

Aula 271

15 de novembro de 2014

[versão provisória]

Para uso exclusivo dos alunos do Curso Online de Filosofia.
O texto desta transcrição não foi revisto ou corrigido pelo autor.
Por favor, não cite nem divulgue este material.

Boa noite a todos, sejam bem-vindos.

Antes de iniciar a aula queria fazer um breve comentário sobre esse movimento de hoje. Já era previsível que, pouco importando o que o pessoal ia dizer do alto do palanque, a mídia inteira ia chamar a atenção para o elemento "intervenção militar". Ainda que fosse uma única pessoa no meio de dez mil pedindo a intervenção militar, este seria o tema fundamental, como de fato foi no *Estado de São Paulo*, na *Folha de São Paulo* etc. Por que isto é assim? A redemocratização é o mito fundador, sacrossanto e intocável de toda esta fase da nossa história.

Isto quer dizer quer toda a orientação política do Brasil, desde 1988, pelo menos, se marca, se define, pelo horror à ditadura militar. Assim, qualquer coisa que lembre, de perto ou de longe aquilo, já está condenado. Passado mais de meio século do golpe, ainda não foi possível avaliar as coisas de uma maneira serena e equilibrada; quer dizer, a propaganda comunista prevalece em 100% dos casos, foi imposta em todas as universidades, em milhares de livros. É uma vasta operação de propaganda como raramente se viu no mundo, sem jamais ter sido contestada, exceto, às vezes, pelos personagens envolvidos, como algum militar que foi perseguido: ele reage e tal. Mas uma reação intelectual realmente séria nunca houve.

Os caras ocuparam todo o espaço cultural, intelectual e mental. Primeiro, com o mito das origens do golpe: aquela história de que começou em Washington. E que até hoje desafio todos esses milhares de historiadores e analistas políticos a me dizerem o nome de um, exatamente um, agente da CIA lotado no Brasil na época. Até hoje não apareceu um único nome, ao passo que agentes da KGB infiltrados no governo Goulart já apareceram dezenas. Mas, evidentemente, uma coisa como essa não pode ter espaço na mídia.

O pessoal que organiza os movimentos de protesto também, às vezes, está muito enganado, não entende a mídia como ela de fato é. Eles pensam que ela é parcial. Não, a mídia não é parcial, ela é um elemento essencial, é um integrante essencial da militância comuno-petista. A mídia foi o primeiro território tomado na ocupação de espaços, isso já nos anos 60 do século passado. Portanto, a mídia é um aparato do partido comunista, vocês não tenham a menor dúvida disso. E quando eu digo "partido comunista", as pessoas que parecem mais serenas e equilibradas são justamente essas as mais perigosas, esses são os desinformantes. Eu sei porque conheço o nome de cada um, sei o que o sujeito está fazendo na mídia, o posto que ocupa e qual é a função dele. E eu estou dizendo para esse pessoal que organiza os protestos o seguinte: vocês estão pondo os carros antes dos bois. Antes de derrubar o PT tem de derrubar a mídia. O pessoal não está levando isso muito a sério.

A mídia é uma barreira: assim como o pessoal do Exército dizia que o Exército é uma grande barreira para que o comunismo não tome conta do país, a mídia é a grande barreira para impedir que

o comunismo seja denunciado. Ela está aí para isso, é a função essencial dela. Esta coisa de você dividir a política nacional entre PT e PSDB — grosso modo, existem mais partidos de um lado e mais de outro — é uma operação já montada com muita antecedência para limitar o jogo político a disputa de cargos, sem que se toque em nenhum problema ideológico ou estratégico. A discussão ideológica foi proibida, isto há mais de 30 anos. Então, o que você vê? A discussão se limita a duas coisas: acusações de corrupção e acusações de má administração. Coisa que podia acontecer até no Comitê Central do Partido Comunista da União Soviética. São assuntos que podiam se levantar ali dentro: um *apparatchik* acusando o outro de corrupção: "você roubou dinheiro" ou "você é um mau administrador".

Isto quer dizer que esta operação foi montada para neutralizar a discussão política. E a mídia é um instrumento fundamental disso, assim como o PSDB também é um instrumento, embora nem todas as pessoas que estão neste partido estejam informadas desse esquema e nem concordem com ele. Assim, muito antes de uma ação contra o PT teria sido preciso uma ação contra a *Folha de São Paulo*, isso há mais de dez anos atrás. Se não derrubar este poder, nada será possível.

Agora, quanto a esse pessoal que sai pedindo intervenção militar, em primeiro lugar, devo lembrar que este é um meio para chegar a um fim: quer dizer, intervenção militar para o quê? O que você quer obter com ela? E segundo: você faz questão de que seja através de uma intervenção militar? Se for possível conseguir de um outro jeito, você não quer mais? Vamos supor que pela própria pressão popular e por ações judiciais etc. se consiga dismantelar esse esquema; não está bom assim? Precisa ter intervenção militar? Você faz tanta questão dos meios? Se não for exatamente pelo meio que você deseja, não serve? Quer dizer que a intervenção em si é mais importante do que a derrubada do PT, do Foro de São Paulo etc.? Virou uma espécie de fetichismo.

Em terceiro lugar, devo lembrar que em 1964, ano da intervenção militar — que foi muito bem sucedida —, ninguém saiu clamando por ela. As pessoas clamavam pela derrubada do João Goulart, faziam discurso anti-comunista etc. Enquanto isso, os militares estavam quietinhos; e veja que nem mesmo a cúpula militar sabia da iniciativa a ser tomada pelo general Olympio Mourão Filho: quando menos esperavam, ele colocou os tanques na rua. É claro que em qualquer operação militar o elemento surpresa é número um. Um golpe militar anunciado por um clamor das ruas é o fim da picada, só no Brasil alguém pode acreditar em uma besteira dessa.

Se eu fosse um general, estivesse tramando uma intervenção militar e visse todo mundo na rua falando disso, eu dismantelava a operação na mesma hora. Seja o que se chama de intervenção constitucional, seja um golpe para a tomada do poder, ambos podem se aproveitar do clamor popular, mas não é o clamor que vai indicar: "Olha, o golpe vem dali. Vai ser o general tal." Isto é coisa de maluco.

É por isso também que muita gente desconfia que os defensores da intervenção militar são agentes infiltrados — alguns podem até ser — e outros os consideram como inimigos, porque não é questão de você ser a favor ou contra da intervenção militar. Eu sei que isso não é uma coisa para se sair falando. Infelizmente, é difícil explicar isso para as pessoas, todo mundo tem suas teorias. Mas vamos fazer uma coisa: você leu, pelo menos, o livro do Cúzio Malaparte, *Técnica do Golpe de Estado*? Não? Então fique quieto. Você não estudou nada a este respeito, não sabe como se fazem estas coisas, como se preparam esses movimentos; assim, é melhor não dar palpite.

Você pode ter direito de lutar por seus *ideais* [0:10], mas não em querer decidir uma estratégia e tática. E clamar por um golpe militar é decidir a estratégia e tática. Será que as pessoas não entendem isso? Você não está pedindo o fim do PT, "abaixo o comunismo". Você quer uma determinada ação estratégica e tática, que é justamente o ponto sobre o qual não entende nada e fica dando palpite.

Uma intervenção militar não é um ideal, não é algo que seja para ser contra ou a favor, é um instrumento de ação. Só quem pode avaliar se este instrumento é útil ou não são os próprios militares, evidentemente. E parece que eles não o consideram muito útil neste momento. Alguns oficiais das Forças Armadas também andaram dizendo que estavam esperando a sociedade civil tomar iniciativa. Mas tomar qual iniciativa? De chamá-los? Não pode ser isto. Alguém pode até ter usado essa expressão, mas como uma figura de linguagem. Não é sério dizer: "me chamem para dar um golpe que darei um golpe!". Isso é coisa de louco, é uma coisa tão infantil, tão pueril, que não merece nem ser discutido.

Às vezes, eu dou uns conselhos porque eu não quero discutir o assunto em detalhes, sobretudo em público, preferia ficar mais discreto. Se viessem aqui, eu diria. Mas acontece que no Brasil, se você não explicar tudo nos seus mínimos detalhes, não provar cada ponto, o pessoal insiste. Brasileiro é muito cheio de opinião, muito teimoso e muito mal preparado. Você vê o pessoal clamando por essas coisas e eles não estudaram sequer como foi o golpe de 64, nem isto eles sabem. Imaginam que todo mundo saiu com um cartaz escrito "Forças Armadas: Dêem o Golpe!". Ninguém queria o golpe militar em 64, queriam o fim de João Goulart. O golpe militar foi o instrumento que o general Olympio Mourão Filho lançou mão, em uma espécie de improviso, aproveitando o momento e passando até por cima dos seus colegas de farda, que não queriam intervir.

Eu vejo o seguinte: este movimento está tendo muito sucesso. De algum modo, é uma coisa maravilhosa que está acontecendo; mas por um único detalhe: acabou o monopólio esquerdista das manifestações de rua. Isto já é um sinal de volta à normalidade. É normal ter manifestações de todos os lados. Agora só um partido ter hegemonia das ruas? Isto não tem sentido, realmente acabou e só por isto já todos os líderes do movimento, pouco importando as suas convicções pessoais, estão todos de parabéns. Mas, evidentemente, como foi um movimento espontâneo, praticamente não tem um comando: você vê vários centros pipocando aqui e ali, cada um dizendo o que bem entende, sem coordenação. Tinha até dois caminhões de som falando ao mesmo tempo.

Por tudo isso, não há, evidentemente, uma estratégia geral. Mas aqueles que têm cabeça para pensar em estratégia têm de pensar nisso: tem de derrubar o poder da grande mídia primeiro! Isto não é difícil. E por quê? Essas empresas de mídia não têm poder nenhum. A *Folha de São Paulo* vende hoje o mesmo número de exemplares que vendia na década de 50. A população brasileira hoje é, acho, seis ou oito vezes maior. E eles não vendem um exemplar a mais. Essa gente só fala para eles mesmos; a mídia é autofágica, se alimenta de si própria, é um mito também. E quanto à televisão: ela repete o que saiu nos jornais; e se o jornal dá a pauta, a televisão repete. Os jornais ainda são para a classe jornalística o centro de comando, as redes de TV não têm essa autonomia.

É necessário uma ação séria para exigir dessa gente uma cobertura honesta. Por exemplo, essa passeata de hoje tinha, obviamente, no mínimo, quarenta mil pessoas. Eles chegam lá e dizem que são dois ou três mil. E teve aquela passeata do MST onde todo mundo coube embaixo da marquise do MASP, disseram que tinha doze mil. É uma coisa tão absurda: se três mil pessoas bastam para lotar a Avenida Paulista inteira e doze mil cabem embaixo da marquise do MASP então as regras da aritmética elementar foram mudadas. No entanto, o pessoal da mídia pode chegar a esse ponto, e chega, de fato.

Entendam: reclamar que a mídia é parcial é besteira. A mídia não é parcial, a mídia é militância, é agente de desinformação. Eles são comunistas mesmo! Não estou brincando. Os jornais estão cheios de pessoas que parecem equilibradas, que jamais saem aí gritando em favor do PT, mas são esses os agentes mais importantes. Eu não posso aqui dar os nomes de um por um, os nomes vão acabar aparecendo e vocês vão ver que muitos deles estavam na KGB já na década de 60 e continuam trabalhando para ela. Esta questão da mídia é o problema mais sério do Brasil. Muito

antes desse pessoal comunista conseguir tomar um sindicato ou uma escola, eles tomaram redações de jornais.

Tudo isso aí é só para dar uma breve análise das coisas para não dizer que estou desatento a isso. Estou atento a tudo isso aí, estou acompanhando com o maior interesse e acho maravilhoso o que estão fazendo, de algum modo. Mas ainda precisa repensar muita coisa. Também acho um absurdo o pessoal que é contra a *idéia* de intervenção militar. Acredito que o absurdo é ser contra ou a favor de intervenção militar: a gente é contra ou a favor de finalidades, de fins, de objetivos, não de meios. A discussão de meios não é para ser discutida na massa; discussão de meios é para a elite dirigente, a massa tem de se ater aos fins: o que nós queremos, afinal de contas? Uma coisa simples e direta: o impeachment da Dilma, a anulação da eleição, o fechamento do Foro de São Paulo, do PT; o que você quer? Isso se fala em público, mas estratégia e tática não são para serem discutidas na praça pública. São essas as observações.

Hoje, eu vou continuar com o Kant. Fui obrigado a mudar um pouco as ordens das coisas. E como expliquei no começo eu pretendia, primeiro, traçar o que seria o mundo ideal de Kant: o mundo futuro tal como Kant o concebeu. Essa parte da obra dele não é considerada essencial; às vezes, os analistas nem prestam muita atenção, passam em cima e vão direto para as grandes obras, como *Crítica da Razão Pura*, *Crítica da Razão Prática*, *Crítica do Juízo* etc.

Mas por que esses escritos me parecem importantes? Primeiro, porque Kant permanece fiel a esses mesmos ideais ao longo de toda a sua carreira: o que ele dizia, o que queria aos 30 anos, é o que queria até o último dia de sua vida. É um sinal de que é uma coisa importante. Segundo: ele não examina criticamente essas idéias; adere a elas e até as expõem com uma certa ingenuidade, mostrando que este, na verdade, é o ponto fixo do universo mental dele, ao passo que os outros pontos — a gnoseologia, a ética etc. — Kant os mudou muitas vezes. Na própria *Crítica da Razão Pura*, ele fez muitas alterações, da primeira edição de 1781 para a segunda edição de 1787. E sobre muitos pontos, você o observa mudar de idéia. Porém, a esses ideais, a esse conceito de mundo futuro — o universo social racional, a ordem social racional — ele adere já na juventude e permanece fiel até o fim.

Então, este é o ponto fixo, o resto gira em torno. Assim, achei que a ordem e a hierarquia dos fatores na análise da filosofia de Kant tinham de serem mudados. Tinha de por isto em primeiro lugar (os objetivos) e o resto são os meios que ele foi desenvolvendo para isto. Quando você faz essa operação, descobre umas coisas assombrosas. Por exemplo, tem-se já duzentos anos de discussão sobre se Kant é a favor ou contra a religião. Até hoje, não chegaram a uma conclusão. Nos Estados Unidos, o ambiente protestante, que é mais sensível a este assunto, a bibliografia pró e contra a religião de Kant é monstruosa, você não consegue nem acompanhar. É uma discussão que já vem acalorada há muito tempo, e como dizia o samba de Moreira da Silva, "até hoje ninguém sabe quem morreu. Eu garanto que foi ele, ele garante que fui eu."

Só que toda esta discussão se centra nas doutrinas de Kant sobre a religião. Só um momento [0:20]: mas se ele já bolou um mundo político, um mundo estatal, no qual a religião não cabe, o resto que ele diga sobre a religião são apenas meios para chegar a este fim. E o próprio fato de você inaugurar uma discussão inconclusiva já serve para amortecer o papel da religião na sociedade, evidentemente. Assim pouco importa saber a filosofia de Kant, tal como expressa nos textos maiores, é a favor ou contra a religião. O esquema dele é para eliminar a religião da ordem pública. Quando explica que um pastor ou padre pode expor a sua doutrina dogmaticamente aos fiéis reunidos na igreja mas que ao falar para o público leitor em geral, ele deve ter o direito, e até o dever, de criticar a sua própria religião, Kant já isolou a religião no domínio privado — ele usa esta expressão: o que é privado e o que é público. É o sistema iraniano: pode pregar o cristianismo dentro da sua igreja ou dentro da sua casa, mas não pode falar na rua, não pode falar para o público

em geral. A parti daí, a discussão se Kant é pró ou anti-religioso se torna puramente acadêmica, porque, haja o que houver, não haverá espaço para a religião na vida civil, haverá apenas na vida privada dos indivíduos.

Quando você acompanha a evolução do Estado nos países do ocidente nos últimos duzentos anos, você vê que essa operação de espremer a religião cada vez mais no recinto privado e a retirá-la da cena pública, é evidente que é isso mesmo que está acontecendo há muito tempo e isto é exatamente a idéia de Kant. Isso não quer dizer que ele desvalorizasse a religião em si mesma, só não queria que ela tivesse uma presença pública; queria confiná-la no recinto fechado dos fiéis.

Em segundo lugar: o fato de Kant não admitir, de considerar criminosa uma classe eclesiástica que repita inalteravelmente a mesma doutrina, já torna absolutamente inviável, em primeiro lugar, a Igreja Católica; porque ela é isto: o dogma é imutável, nós não vamos mudar a conversa e a Igreja está aí para manter o depósito da fé e não para ficar mudando a toda hora. Isto é o elemento estrutural da Igreja Católica. Assim, de cara, se você é católico, a discussão sobre Kant ser religioso ou não já não tem interesse porque você sabe que a Igreja Católica não vai estar lá. Quanto às igrejas protestantes, umas estarão, outras não; estarão lá principalmente aquelas que consentirem em fazer da religião um assunto da esfera puramente privada. Tem muita gente que concorda com isso e não vê nada de mau.

Operando esta virada, pretendia primeiro examinar os ideais políticos de Kant até o fim. A amostragem que dei aqui já é mais do que suficiente e acho que nem preciso insistir nisso, embora possa insistir e dar mais provas do que estou dizendo. Porém, a segunda parte do exame, que é como a filosofia mais técnica de Kant contribui para este objetivo, é a parte mais espinhosa, porque é preciso rearticular toda a interpretação corrente de alguns pontos de Kant. E entre outros, é preciso levar em conta o seguinte: muitos filósofos, gostem ou não de Kant, consideram que algumas descobertas dele são definitivas. Por exemplo, "Kant enterrou a metafísica. A metafísica é impossível." A partir daí, desenvolvem-se muitas discussões, algumas pessoas que acham isto ótimo, outras que acham péssimo, alguns que tentam encontrar outras saídas, mas nunca vi nenhuma que dissesse que as objeções de Kant à metafísica são uma falácia. E são uma falácia grossa. Nunca vi ninguém dizer isso, pode ser que alguém tenha dito. Eu também não li muito analistas escolásticos de Kant, pode ser que alguém tenha dito isso, não sei.

Mas, entre outros pontos, é fundamental para Kant o seguinte: um objeto dos sentidos não tem nenhum conteúdo inteligível em si mesmo. O que é inteligível vem das estruturas da nossa razão, apenas, que é independente dos objetos. E ela tem de se superpor a estes objetos, havendo até um certo desajuste entre o que é percebido pelos sentidos e o que é produzido pela razão. Mas a razão pode ordenar esses objetos dos sentidos de modo a criar um sistema das ciências que seja racional e válido. Porém, ela sempre estará tratando apenas de aparências, não das coisas em si mesmas.

O que dizia a filosofia antiga? Que todo e qualquer objeto dos sentidos tem a sua forma externa, a sua forma sensível, mas que tem por dentro uma forma inteligível: a primeira é acessível aos sentidos e a segunda à nossa inteligência; ou seja, os seus olhos percebem um gato e a sua inteligência lhe diz que é um gato, encontra o conceito de gato, o classifica dentro dessa espécie e consegue fazer mais uma série de distinções. É isto mesmo que Kant diz que é impossível, [segundo ele], "nós apenas classificamos aparências".

Para fazer isso, ele diz que só é possível dois tipos de conhecimento: o conhecimento racional *a priori* e o conhecimento dos sentidos *a posteriori*. Vamos ver se isso se justifica — e é exatamente disto que estou tratando aqui. Então, vou ler e comentar:

"A distinção de Kant entre conhecimentos *a priori* e conhecimentos de experiência parece diferenciá-los por sua origem (...)"

Ou seja, uns conhecimentos vêm da razão pura, outros vêm da experiência, e a ciência consiste em aplicar as categorias da razão pura ao conhecimento pelos sentidos, isto é o que Kant está dizendo.

"(...) mas dizer que um conhecimento tem origem *a priori* é inteiramente absurdo."

O que quer dizer uma origem *a priori*, o que significa? Quando o conhecimento vem da experiência, eu sei que veio da experiência: sei tal coisa porque eu vi. Mas se eu disser que não, que este conhecimento vem *a priori*. Se é *a priori* quer dizer o seguinte: ele sempre esteve aí e de algum modo você sempre o soube. Isso não é uma origem, de maneira alguma. Por exemplo, o princípio de identidade: você conhece o princípio de identidade porque ele tem uma origem *a priori* ou por que ele tem apenas uma validade *a priori*?

Um conhecimento ser válido *a priori* — por exemplo, o princípio de identidade — não significa que você tomou conhecimento dele *a priori*. Tomar conhecimento de alguma coisa *a priori* é impossível: o *a priori* é o exatamente antes de qualquer experiência e antes de ter pensado o assunto. Então, isso não pode ser jamais uma origem.

"É o mesmo que dizer que conhecemos uma verdade antes de que ela chegue ao nosso conhecimento".

Ela pode estar lá e ser válida antes de chegar ao nosso conhecimento, mas nós não podemos conhecê-la antes de conhecê-la.

"Uma verdade pode ser válida independentemente da experiência, mas só pode ser conhecida na experiência concreta de percebê-la, isto é, de pensá-la."

É aí mesmo que Kant vai chegar a dizer "ao transcendental". A noção de transcendental é aquilo que só se revela na experiência, mas quando analisado você descobre que é anterior à experiência. Mas é anterior na sua origem ou na sua validade? Esta é a confusão: você descobre que certos elementos do seu pensamento só se revelaram no curso da experiência, mas que são válidos, independentemente da experiência, e que não dependem dela para validá-la. Sim, mas de onde você os tirou? Qual foi a origem deles?

"Sei, independentemente da experiência, que um quadrado dividido na diagonal dá dois triângulos isósceles, mas nunca soube disso antes de haver pensado no assunto, e quem pode negar que pensar é uma experiência, um ato cognitivo realizado num certo momento do tempo por um sujeito cognoscente real e concreto? Um conhecimento pode ser *a priori* quanto ao seu princípio de validade, jamais quanto à sua origem."

Todo o esquema da teoria de conhecimento de Kant se baseia nesta confusão entre o princípio de validade de um conhecimento e a sua origem.

"A distinção de Kant é, portanto, confusa e inaceitável, pois não distingue os tipos de conhecimento segundo um critério único de diferenciação, mas segundo dois critérios superpostos."

Vai ser a velha regra aristotélica das divisões [0:30]: se você vai fazer uma classificação, a chave da classificação tem de ser a mesma para todos os objetos. Por exemplo, aqui eu vou classificar os meus livros. Então, eu classifico por assunto. Posso classificar por data, mas se uns eu classifico por assunto e outros por data vai ficar uma confusão desgraçada. O que o Kant está fazendo aqui é

exatamente isso. Ele está classificando dois tipos de conhecimento dos quais, um se distingue pela sua origem e o outro pelo seu princípio de validade, que ele pensa que é uma origem.

Pior ainda, esta distinção está ligada ao fato de que segundo Kant a intuição intelectual “está absolutamente fora do alcance dos nossos poderes cognitivos”.

Simplesmente não existe intuição intelectual, só existe intuição sensível ou existe o conhecimento *a priori*.

“Não existindo intuição intelectual restam apenas, de um lado, a intuição sensível e do outro, o pensamento discursivo, nos quais corresponde, segundo Kant ao conhecimento *a posteriori* e *a priori*, respectivamente. Nada mais óbvio do fato de que o pensamento discursivo repousa inteiramente na nossa capacidade de reconhecer a identidade e a diferença entre dois ou mais conceitos. Digo, por exemplo, que o quadrado é uma figura plano de quatro lados e quatro ângulos iguais ou que é aquilo que aparece quando juntamos dois triângulos isósceles pelo seu lado maior. O pensamento discursivo coloca diante de nós os conceitos dessas duas figuras e reconhecemos sem nenhuma hesitação que são idênticas. Mas como o reconhecemos? Por meio de pensamento discursivo? Nunca. O pensamento discursivo pode apenas nos apresentar os conceitos lado a lado. Reconhecer que são idênticos ou diferentes é um ato intuitivo imediato, ou então não é nada.”

Essa é a diferença que a lógica clássica estabelece entre juízo e proposição. Uma proposição é apenas uma sentença que se transforma em um juízo no momento em que você diz sim ou não a ela. E que você concorda ou discorda, em que você reconhece nela a verdade ou reconhece a falsidade. Criar as proposições e discorrer, isto é, transitar de uma proposição a outra é uma atividade. Reconhecer a veracidade ou falsidade é outra atividade completamente diferente, se não, não haveria diferença entre juízos e proposições.

E mais ainda, nós acreditaríamos em tudo que nós pensamos. Seria impossível você pensar uma coisa como meramente hipotética e outra como uma verdade categórica. O pensar é o mesmo nas duas circunstâncias, mas há um outro elemento, que é o elemento da anuência da concordância ou da percepção da verdade e falsidade. A percepção da verdade e falsidade é a mesma coisa que a percepção de identidade e diferença. Por exemplo: Aqui tem uma figura de quatro lados e quatro ângulos iguais e ali tem outra figura composta pela junção de dois triângulos isósceles pelo lado maior. Mas é a mesma figura. O que o pensamento fez? Ele compôs as figuras e mostrou para você. O pensamento discursivo só existe no tempo. Vai pensando uma ideia atrás da outra, uma palavra atrás da outra, uma figura atrás da outra. O reconhecimento, ou ele é instantâneo ou não acontece jamais.

“O próprio Kant se esmera em distinguir entre pensar e saber.”

Por exemplo: A respeito dessas questões da ordem metafísica, do infinito, da vida após a morte etc. Nós podemos pensar tudo isso, mas não é objeto de saber.

“Mas não leva essa distinção em conta ao negar a intuição intelectual. Pensamos o conceito do quadrado e o de dois triângulos isósceles, mas saber que são idênticos é algo que vai para muito além do mero pensar. É uma percepção imediata acompanhada de anuência completa da mente. É uma intuição, logo uma experiência.”

Esses conhecimentos tem a sua validade independente e anterior a experiência. Mas tem origem na experiência. Embora o Kant com a noção de transcendental tenta contornar esse negócio, a confusão entre origem e validade continua lá.

O pensamento discursivo transita de uma ideia a outra, mas não pode por si dizer se uma ideia é igual ou diferente de outra. Isto tem de ser aprendido no relance intuitivo ou não será aprendido

jamais. Outro exemplo: Tomo duas premissas quaisquer: todos os homens são mortais, Sócrates é homem.

Tem duas premissas.

Como extraio daí a conclusão de que Sócrates é mortal? É acrescentando a isso novas proposições, isto é, raciocinando discursivamente? Ou é percebendo imediatamente que o conjunto, todos os homens contém Sócrates como um de seus elementos?

Você perceber, identidade e diferença, é como você perceber a diferença de continente e conteúdo. O conjunto e um dos seus elementos. Você perceber que um elemento pertence a um conjunto, não é possível fazer isto por um elemento discursivo. Ou você percebe ou não percebe.

Mais ainda, os conceitos expressam essências, isto é, formas da possibilidade. Mas a relação de identidade ou diferença (ou de continente e conteúdo entre duas essências), não é ela própria uma essência é uma existência, algo que acontece na realidade e não apenas em hipótese pensada.

Se eu pego dois conceitos hipotéticos e vejo uma relação entre eles: por exemplo, o conceito do dragão verde com bolinhas, e o conceito das bolinhas no verde formando um dragão. Esses dois conceitos são hipotéticos, mas a igualdade deles não é hipotética, ela é efetiva. Por tanto ela não existe só no plano das essências. Isto é importante, as essências podem inexistir, mas as relações entre essências existem necessariamente. Portanto, o simples fato de comparar dois conceitos hipotéticos, já faz você sair do plano da essência para o da existência.

O conceito de quadrado não nos diz se quadrados existem ou não, o quadrado que o meu pensamento discursivo me apresenta é só um ente possível. Mas quando digo que um quadrado cortado na diagonal produz dois triângulos isósceles, isso não é somente uma possibilidade e sim uma necessidade lógica. E como posso ao mesmo tempo dizer que algo é uma necessidade lógica e que só existe no campo das possibilidades?

Se é uma necessidade lógica existe necessariamente, e é universalmente válido. Então não pode existir somente no campo das possibilidades. Uma necessidade lógica existe ou não existe.

“O pensamento discursivo por si nada nos revela, ele apenas transita de uma ideia a outra, de uma forma da possibilidade a outra forma da possibilidade. É a percepção intuitiva imediata que nos revela as relações necessariamente existentes entre duas ou mais formas da possibilidade. Com isso saímos da possibilidade para o da veracidade, cujo os personagens só podem ser concebidos, como existentes não como meras possibilidades.”

Então quer dizer que o conjunto das relações entre conceitos possíveis não são meramente possíveis, eles não existem só no reino da possibilidade.

“Em suma, ou existe intuição intelectual ou pensamento discursivo é apenas fantasia. A intuição intelectual é um conhecimento por experiência. Não podemos apreender nenhuma verdade *a priori* sem a experiência intuitiva dos nexos entre os conceitos que o pensamento discursivo nos apresenta. Dito de outro modo, um conhecimento pode ser *a priori* no que diz respeito a sua validade mas não contra a sua origem.

Quanto a origem, todos os conhecimentos são experimentais, seja quando obtidos por meio dos sentidos, intuição sensível, seja quando obtidos pela percepção das relações entre conceitos, intuição intelectual. Quanto à validade os primeiros dependem da presença espaço temporal dos seus objetos para o sujeito cognoscente, o segundo nos nexos *a priori* entre conceito, isto é, da necessidade lógica”.

Mas esses nexos *a priori* só são *a priori* quanto a sua validade, eles têm de chegar a nós através da experiência.

Se a necessidade lógica não pode ser mera possibilidade como os conceitos que ela articula, mas tem de ser verdadeira e por tanto existir a conclusão inescapável é que a verdade, toda a verdade, é uma modalidade de existência atemporal e inespacial a qual temos acesso pela intuição intelectual.

Então intuição intelectual existe, e ela nos dá a percepção de realidade supra espaciais e supratemporais. Do mesmo modo que os elementos da percepção sensível são confirmados pela presença dos seus objetos [0:40] diante de nós, em um certo momento do tempo e no certo lugar do espaço, os conhecimentos que nos são revelados pela intuição intelectual se revelam a nós como: presentes, atemporalmente e supra espacialmente. Mas eles estão presentes, se não, não poderiam ser percebidos.

Pode-se pensar que “a intuição sensível me mostra o que é presente, e o pensamento racional só me revela possibilidades, o esquema da possibilidade”. Mas não, isso é impossível. “Só me revela coisas que não existe no espaço e no tempo”: como não existe no espaço e no tempo se existe em todos os momentos do tempo e em todos os lugares do espaço? Aquilo que é onipresente não é ausente, meu Deus do céu. Por exemplo: Onde, e quando dois mais dois são quatro? Em lugar nenhum? Só no meu pensamento? Só na minha imaginação? Não, é em todos os lugares e em todos os momentos, portanto, está presente. Está até muito mais presente do que qualquer elemento sensível que só pode estar presente em um certo momento do tempo e em um certo lugar do espaço.

Isso quer dizer que nós temos acesso a realidades supra espaciais e supratemporais, se não, não poderíamos sequer pensar, não poderíamos reconhecer que um quadrado tem quatro lados. Todo o universo da teoria do conhecimento do Kant é baseado nisso. E baseado, portanto, na idéia de limitar o conhecimento humano a essas duas coisas: ou é uma coisa que vem da nossa pura razão, ou vem dos dados sensíveis. Sendo que aquilo que vem da razão vem somente da razão, isto é importante. O que vem do mundo sensível você pegou de algum objeto, mas o que vem da sua razão foi você mesmo que pensou. Mas como foi você mesmo que pensou se você está *reconhecendo*. O que pode vir da sua mente é o pensamento, você pensa um quadrado e os dois triângulos isósceles; isso você fez. Mas e quando você reconhece que é a mesma coisa? Foi seu pensamento que produziu isso? Não, você reconheceu uma realidade que te transcende, que você não pode mudar. Você pode pensar em quadrado porque você quer pensar em quadrado, se você quiser pensar em bolinhas, você pensa em bolinhas. Mas você não pode pensar um quadrado sem que ele dividido na diagonal de dois triângulos isósceles. Isto não é do seu pensamento, é uma percepção. E essa percepção não é produzida pelo seu pensamento, é um ato intuitivo. O seu pensamento apenas lhe apresenta as figuras. Tanto que o pensamento pode errar, mas a intuição ou acerta ou não é intuição de maneira alguma. Você pode confundir o que é uma mera imaginação com o que é uma intuição, que é uma percepção efetiva, mas a confusão foi sua. Mas quando você diz que aprendeu isso intuitivamente. O intuitivo quer dizer: o sem intermediários, eu aprendi diretamente. Se você disser: “Mas aí não aprendemos diretamente, aprendemos através do pensamento”. Eu digo que não. O pensamento mostrou para você as figuras, mas a relação não foi o pensamento que mostrou, ela foi percebida imediatamente.

Do mesmo modo, se aparece uma tartaruga ou um gato, também posso dizer: “Bom eu não percebi a tartaruga e o gato diretamente, percebi apenas através dos meus sentidos”. Ou seja, a presença corporal não é mais direta do que a presença de um quadrado que você pensou. As sensações só nos fornecem as formas sensíveis, não a percepção correta do que elas são. Por exemplo: Quando você está acordado, está vendo um monte de coisa, mas só presta atenção em algumas, essas algumas você percebeu, as outras são pano de fundo. Do mesmo modo, o pensamento está continuamente nos fornecendo formas, mas algumas dessas formas nos impõe a percepção da sua identidade, da sua diferença, das suas relações etc. e outras não. Por exemplo: Não há nada que me force a perceber que um quadrado e um círculo são a mesma coisa, eles não nos impõem isso; alias, eles nos proíbem isso.

É a mesma coisa que dizer “conhecimento só existe um”: conhecimento intuitivo. Não existe conhecimento racional. A razão nos fornece formas da possibilidade e da necessidade lógica. Os sentidos nos fornecem informações sobre os objetos presentes. Mas nem as sensações nem o pensamento são conhecimento. Conhecimento é só a apreensão intuitiva, seja da veracidade de uma presença física — por exemplo, agora eu tenho aqui esta mesa diante de mim, estas pessoas diante de mim e eu sei que isso é verdade porque eu estou vendo que há uma presença física —, seja a percepção da relação entre conceitos que eu mesmo pensei, cuja a identidade ou diferença ou outras relações se impõem a mim independentemente e para além do meu pensamento.

Todo e qualquer conhecimento é intuitivo ou não é conhecimento de maneira alguma. Se você falar: “Mas é uma apreensão indireta”. Então eu digo: “Então não é conhecimento”. O que é indireto é só uma apresentação ou representação de formas, perante as quais podem se realizar o ato intuitivo ou pode não se realizar. Às vezes você percebe, às vezes não percebe.

Isso quer dizer que a limitação colocada pelo Kant, a exclusão que ele faz da intuição intelectual, é autocontraditória. E por que é importante para ele limitar o conhecimento humano? Porque, em uma outra parte da sua obra, ele vai dizer que a lei moral é um componente interno da razão, e que a lei moral está universalmente presente. E é por causa da lei moral que nós somos obrigados, por um imperativo categórico de ordem moral, a acreditar que Deus é bondoso — nós temos esse imperativo categórico moral de crer em Deus e crer em um deus bondoso, então vem antes a moral e depois vem o deus bondoso. Que Deus seja bondoso ou não, nós de fato não sabemos. Acontece que, historicamente falando, a religião antecede a moral de bilhões de anos talvez. Por que você acha que é natural todos os seres humanos terem os mesmos princípios morais desde que o mundo é mundo? Nós não sabemos pela história que os seres humanos adquiriram o senso moral graças ao exemplo de santos, profetas — às vezes os caras matavam os profetas porque não os queriam ouvir. Então a lei moral teve que ser ensinada aos homens. A lei moral não surge de uma evolução natural da razão, como diz o Kant. Ela tem que ser ensinada, existe uma ação que vem de fora. É esta ação divina que põe em nós a lei moral. Se você disser: “a lei moral é independente da existência de Deus”. Eu digo: “independente na sua validade e não na sua origem”. É o mesmo tipo de confusão. Não precisava ter vindo um profeta para me ensinar, eu posso saber isso de modo independente, mas os homens sempre souberam disso. Eu sei, pois eu já recebi isso na minha carga cultural. Por exemplo: ainda em Roma era legítimo — Roma que era uma civilização altamente desenvolvida — era legítimo o pai matar os filhos que ele não queria. Não era o aborto, era depois do nascimento o garoto de 12 ou 15 anos, “essa aí eu não quero mais”; e podia matar. Isso era uma instituição em Roma, o pai tinha direito de vida e morte sobre os filhos. E não lhes parecia imoral. Foi com o cristianismo que as pessoas se tocaram: “opa, pera aí, mas isto é um homicídio no fim das contas”. Eles simplesmente não tinham percebido que era um homicídio.

Você pode fazer a abstração do elemento divino ao julgar as questões de moralidade. Então um certo princípio moral, em si, é válido, exista Deus ou não exista Deus. E o conhecimento do princípio moral, como chegou aos seres humanos? Portanto, a mesma confusão entre origem e validade está se repetindo na esfera moral. A idéia de que é a lei moral que nos revela a existência de Deus é uma inversão exata. É a presença de Deus, a ação de Deus, que nos revela a lei moral, embora essa lei já fosse válida anteriormente.

Ou seja, quando é que passou a [0:50] ser feio matar o próprio filho? Matar o filho sempre foi feio. Só que em Roma eles não sabiam, alguém teve que avisar, veio Jesus Cristo e avisou; só então eles se tocaram. Portanto, é a ação divina — através dos santos, profetas, ou da ação e interferência direta do próprio Deus —, que nos revela uma lei moral que por si mesma é universalmente válida e independe disso. A validade da lei moral é universal e imutável. Mas o conhecimento dela, nos chega através da religião. Se não fosse isso, você jamais poderia dizer que algumas religiões têm

uma sensibilidade moral mais apurada do que outras. Por exemplo: “o cristianismo tem uma sensibilidade moral mais apurada que a religião romana”.

Então é possível uma história do conhecimento moral, ainda que essa história sempre irá revelar princípios morais que por si mesmo não tem história. A mesma confusão que Kant faz no campo gnosiológico ele faz no campo ético. Com conseqüências civilizacionais absolutamente devastadoras, entre as quais a de que existe a moral, todos nós participamos da moral, o Estado administra a moral e dentro desse Estado que administra a moral, as pessoas pensam e chegam a conclusão de que elas deveriam crer em um deus bondoso. Mas o que elas pensam desse deus bondoso não pode ser fixado em dogma. Se não pode ser fixado em dogma, significa que tudo o que se diz a respeito de Deus foi invenção humana, Deus não disse nada, nunca. Se a mensagem divina pode estar a todo momento sendo revista, altera e criticada, então é porque foi um homem que inventou e outro homem desmente. Então a possibilidade da mensagem divina está eliminada. Desse modo eu sou abrigado a crer em um deus bondoso que não pode se quer falar comigo. Tudo que ele diz fui eu mesmo que inventei.

É claro que a religião se tornou inviável a essa altura. Ela continua viável apenas como uma possibilidade aberta aos cidadãos dentro do estado democrático de acreditar no que elas quiserem. Eles podem acreditar no que quiserem, mas a lei moral lhes diz que tem de acreditar em um deus bondoso.

Existe outro texto que nós não examinamos ainda, mas vamos examinar em uma próxima aula. Na verdade, não é um texto, são vários pedaços que Kant foi juntando aqui e ali, e que formam o conceito kantiano da prece. Ele diz o seguinte: “A prece é inútil porque Deus sabe tudo o que nós precisamos”.

Então a prece só tem um valor moral, na medida em que eu rezo eu me torno melhor. E a prece só serve pra isso. Quando eu estou falando com Deus eu estou falando comigo mesmo, estou me ensinando coisas boas e estou melhorando. E esta é a única finalidade da prece. Isto quer dizer, por exemplo, que a prece de intercessão, que é uma coisa que a pessoa religiosa experimenta — você tem um amigo que está doente ou uma pessoa que está em dificuldade, você reza e a situação do sujeito melhora, isso aconteceu para mim muitas de vezes —, segundo Kant não existe, é apenas uma impressão que se tem. Na verdade, a pessoa apenas estava falando consigo mesma e se tornando melhorzinha. Se não existe a prece de intercessão, então a relação dos homens com Deus é apenas uma relação do homem com um ideal que ele tem — o ideal do deus bondoso — e esse não pode ser um deus que age, que interfere, no curso das coisas. Portanto, ainda que na prática o Kant faça apologia da religião em dezenas de escritos, será sempre essa religião castrada, que é o que nós temos hoje.

Com isso dá para entender a relação que existe entre a teoria do conhecimento do Kant e as ideias deles sobre a organização do Estado, da religião etc. Uma coisa funciona para a outra: ele está sustentando esse ideal político em cima de uma teoria do conhecimento.

Aluno: Ao tentar descrever o cristianismo, Kant pretende fundar uma nova religião apoiada na razão?

Olavo: Não, ele não pretende. Ele inclusive cai em um novo contexto no qual a função da religião na sociedade muda completamente. Ou seja, a religião tem de ficar com o pastor, pregar em privado para os seus fiéis, mas quando se dirige ao público leitor em geral, os fiéis tem o direito e até o dever de criticá-la. Portanto, eles não falam mais como representantes da religião, mas apenas como representantes da religião em privado; fora disso, eles são homens de estudos, cidadãos ou outra coisa.

Aluno: Na quinta aula, os argumentos dialéticos a respeito da ordem do caos, dessa tenção divina, inspirados nos estudos de Eric Voegelin, você citou: “A ordem da história não é dos fatos históricos, mas da seqüência da busca da ordem”. Isso me pareceu brilhante pois sintetizava a obra do Voegelin, no entanto imediatamente depois eu me inquietei. Procurei ver que se essa inquietação não era fruto da própria busca da ordem, que parecia ter sido frustrada. Antes de qualquer outro argumento veio uma lembrança do estudo que fiz e publiquei no livreto Saber do Céu a respeito de eras astrológicas. Eu navegava pelas eras de câncer até aquário e identificava de maneira bastante elucidativa e encantadora os fatos históricos e principais de tais épocas que encaixavam simbolicamente de uma maneira quase perfeita. Eu sempre tive esse impulso de descobrir as leis por trás dos fenômenos e o estudo da astrologia me levou aos vislumbres incríveis de uma certa ordem.

Olavo: Bem isso realmente acontece, mas o problema é: onde estavam esses acontecimentos que combinavam perfeitamente com o simbolismo? Eles aconteciam de modo simultâneo em todas as civilizações? Ou ao contrário, quando essa civilização estava indo em uma direção, uma outra estava indo em outra? Este é que é o problema que fez o Eric Voegelin desistir da idéia de uma seqüência das ordens, porque estava indo tudo bem até um momento onde ele descobriu que elementos de ordens teoricamente pertencentes à épocas diferentes, ou etapas diferentes da evolução da ordem, apareciam de maneira simultânea. A questão das eras astrológicas também é assim. Você pega o livro do Gaston Georgel, *Les Quatre Âges de l'humanité* (As quatro eras da humanidade), que é um livro sobre os ciclos, muito bonito. A imagem desses ciclos são sempre obtidas seletivamente, uma espécie de seleção geográfica. Quando você elimina a seleção geográfica e começa a olhar a coisa no panorama realmente mundial, você percebe que existem ciclos que estão indo em uma direção e ao mesmo tempo tem outros ciclos que estão indo em outra direção.

É importante entender que existem atividades humanas que são necessariamente cíclicas. Há um percurso que se repete. Por exemplo: Os dias e as noite, o ciclo econômico da produção, distribuição e consumo. Isso vai ter de se repetir: planta-se o feijão, ele cresce, colhe-se, vende-se e o feijão é comido. Isso vai repetir depois, não vai mudar. E qual é o encaixe das atividades cíclicas com as não cíclicas? A idéia de que uma teoria dos ciclos por si mesma possa abranger o conjunto da história humana é uma idéia em si mesma autocontraditória. Porque esquece toda a imensidão de atividades que não são cíclicas e não podem ser. Eu não acho que esse estudo seja inútil, ele pode te dar algumas sugestões, mas desde que você entenda que está trabalhando com figuras de linguagem, não com conceitos descritivos rigorosos.

Aluno: Sou aluno do curso desde 2009, nas primeiras aulas o senhor comentou a possibilidade dos alunos realizarem algum tipo de trabalho pertinente ao curso, da minha parte não tenho pretensão de realizar uma obra filosófica, mas sim literária. Desse modo, poderia encaminhar em vez de trabalho filosófico, um ou dois contos meus?

Olavo: Claro que pode. Pode e deve. Faça isso ontem.

Aluno: O Sade teve contato com a filosofia do Kant?

Olavo: Eu não sei. Realmente eu não sei.

Aluno: Quanto ao método lógico, dialético e concreto do Mario Ferreira dos Santos, você utiliza em suas análises?

Olavo: Parcialmente sim. Eu não posso dizer que eu uso, mas ele me inspirou em muita coisa, me deu muitas ideias. O que eu faço é aquilo que descrevi no curso sobre o método filosófico. Existem muitos métodos que você pode anexar ao que eu passei. Você pode usar até métodos marxistas se você quiser, tudo ajuda. Agora, fazer uma aplicação sistemática e formal do método, como o decialética, ou pentadialética, isso eu nunca fiz e nem pretendo fazer. Eu acho que essas coisas não são para você repetir como uma formulazinha. Você tem uma inspiração geral daquilo e toca em frente.

Por hoje é só. Muito obrigado a todos e até a próxima aula.

Transcrição: Guilherme Cesarini e Tamas Souza.

Revisão: Éricson Rojahn.